



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Concurso Público para provimento de cargos de
Analista - Área Pericial
Especialidade Contabilidade

Caderno de Prova, Cargo 37, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Básicos Conhecimentos Específicos Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1. Os mitólogos costumam chamar de imagens de mundo certas estruturas simbólicas pelas quais, em todas as épocas, as diferentes sociedades humanas fundamentaram, tanto coletiva quanto individualmente, a experiência do existir. Ao longo da história, essas constelações de idéias foram geradas quer pelas tradições étnicas, locais, de cada povo, quer pelos grandes sistemas religiosos. No Ocidente, contudo, desde os últimos três séculos uma outra prática de pensamento veio se acrescentar a estes modos tradicionais na função de elaborar as bases de nossas experiências concretas de vida: a ciência. Com efeito, a partir da revolução científica do Renascimento as ciências naturais passaram a contribuir de modo cada vez mais decisivo para a formulação das categorias que a cultura ocidental empregará para compreender a realidade e agir sobre ela.

- Mas os saberes científicos têm uma característica inescapável: os enunciados que produzem são necessariamente provisórios, estão sempre sujeitos à superação e à renovação. Outros exercícios do espírito humano, como a cogitação filosófica, a inspiração poética ou a exaltação mística poderão talvez aspirar a pronunciar verdades últimas; as ciências só podem pretender formular verdades transitórias, sempre inacabadas. Ernesto Sábató assinala com precisão que todas as vezes que se pretendeu elevar um enunciado científico à condição de dogma, de verdade final e cabal, um pouco mais à frente a própria continuidade da aplicação do método científico invariavelmente acabou por demonstrar que tal dogma não passava senão... de um equívoco. Não há exemplo melhor deste tipo de superstição que o estatuto da noção de raça no nazismo.

(Luiz Alberto Oliveira. "Valores deslizantes: esboço de um ensaio sobre técnica e poder", In **O avesso da liberdade**. Adauto Novaes (Org). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 191)

1. No primeiro parágrafo, o autor
- (A) fornece uma descrição objetiva do modo como, ao longo da história, germinam e se desenvolvem as *imagens do mundo*, expressão emprestada aos mitólogos.
 - (B) ratifica a idéia, construída ao longo da trajetória humana, de que o pensamento científico é a via mais eficaz para o conhecimento da realidade.
 - (C) atribui a idiosincrasias culturais as distintas representações daquilo que legitimaria as práticas humanas.
 - (D) defende que as sociedades humanas, apoiadas na religião ou em mitos variados, constroem imagens para autenticar a experiência individual perante a coletiva.
 - (E) expressa sua compreensão de que, fora do âmbito racional, não há base sólida que fundamente a vida dos seres humanos.

2. Ainda sobre o primeiro parágrafo, é correto afirmar :
- (A) O emprego da conjunção *contudo* (linha 8) evidencia que o autor considera os modos tradicionais de conceber o mundo incompatíveis com a ciência, que os substitui.
 - (B) Contém, implicitamente, a idéia de que a capacidade cognitiva é conquista do mundo ocidental, principalmente nos últimos trezentos anos.
 - (C) O emprego da expressão *Com efeito* (linhas 11 e 12) colabora para a consolidação da idéia de que a observação dos fenômenos naturais foi conquista do Renascimento.
 - (D) Sustenta a idéia de que, a partir do Renascimento, as ciências desenvolveram normas práticas para a conduta humana, com respeito a valores na esfera individual ou coletiva.
 - (E) A forma verbal *empregará* (linha 15) evidencia que o autor dá como fato consumado o prestígio da ciência, do Renascimento em diante, na constituição do modo ocidental de pensar e agir.

3. No parágrafo 2,
- (A) a conjunção *Mas* (linha 17) foi empregada não para eliminar o que foi dito anteriormente, e, sim, para introduzir uma contrapartida do objeto, fruto de distinta perspectiva de análise.
 - (B) constrói-se uma relativização das conquistas da ciência, sustentada na crítica de que ela se vale de procedimentos pouco objetivos na busca da verdade.
 - (C) constata-se o caráter incontrolável das experiências científicas, implicitamente atribuído às condições de descontinuidade em que se realizam.
 - (D) a expressão *necessariamente provisórios* (linhas 18 e 19) compõe uma advertência, dirigida a filósofos, poetas e místicos, que desconsideraram a objetividade na produção do saber.
 - (E) incentiva-se a luta do ser para a constante superação de suas fragilidades pessoais, advindas de sua humana condição e permanente sujeição ao erro.

4. É correto afirmar:
- (A) Infere-se do texto que os distintos discursos – religioso, filosófico, artístico, científico –, quando formalizam, cada um a seu modo, os dogmas da humanidade, na verdade estão conscientemente burlando o espírito que orienta cada específica prática.
 - (B) O texto demonstra que superstições surgem nos mais diversos campos do conhecimento, e são elas que, através do tempo, configuram o estatuto do humano.
 - (C) O texto esclarece que é uma pretensão imprópria aspirar a conquistas que, duradouras, podem acabar por se constituir em meros passos de um trajeto insuperável.
 - (D) Seria coerente com as idéias expressas no texto o seguinte comentário, suscitado pelo exemplo dado: "O nazismo, por mais assustador que seja o fato, não foi isento de racionalidade".
 - (E) No texto exprime-se o entendimento de que é comum a várias práticas de pensamento, excluindo-se o mítico, defender que o espírito humano é capaz de atingir o saber pleno.

<p>5. É correto afirmar que</p> <p>(A) a conjunção <i>quer</i>, repetida (linhas 6 e 7), estabelece uma comparação entre os termos aproximados, indicando a superioridade de um sobre o outro.</p> <p>(B) a forma verbal <i>têm</i> (linha 17) está em conformidade com as normas gramaticais, assim como a forma verbal destacada em “Embora eles não lhe <u>dê</u>m razão, ela sabe que está certa”.</p> <p>(C) o emprego do sinal gráfico indicativo da crase está correto em <i>sujeitos à superação</i> (linha 19), assim como está em “Chegaram à propor um acordo, mas não foram ouvidos”.</p> <p>(D) a transposição da frase <i>essas constelações de idéias foram geradas quer pelas tradições étnicas (...) quer pelos grandes sistemas religiosos</i> (linhas 5 a 7) para a voz ativa gera a forma verbal “costumam gerar”.</p> <p>(E) o emprego de <i>melhor</i>, em <i>Não há exemplo melhor</i> (linha 30), está em conformidade com as normas gramaticais, assim como o do segmento assinalado em “Foram os exemplos <u>mais bem escolhidos</u>”.</p>	<p>Atenção: As questões de números 7 a 15 referem-se ao texto apresentado abaixo.</p> <p>1. Os vadios eram um grupo infrator caracterizado, antes de mais nada, por sua forma de vida. Era o fato de não fazerem nada, ou de nada fazerem de forma sistemática, que os tornava suspeitos ante a parte bem organizada da sociedade. Por não terem laços – a família, domicílio certo, vínculo empregatício –, constituíam um grupo fluido e indistinto, difícil de controlar e até mesmo de enquadrar. Passados os primeiros tempos dos descobertos auríferos, quando, como disse o jesuíta Antonil, os arraiais</p> <p>5. foram “móveis como os filhos de Israel no deserto”, a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada. Em 1766 surge contra os vadios das Minas a primeira investida oficial de que se tem notícia: uma carta régia dirigida em 22 de julho ao governador Luís Diogo Lobo da Silva, e incisiva</p> <p>10. na condenação da itinerância de vadios e da forma peculiar de vida que escolhiam. Tais homens, dizia o documento, vivem separados do convívio da sociedade civil, enfiados nos sertões, em domicílios volantes, ou seja, sem residência fixa. Isto não podia ser tolerado, e deveriam</p> <p>15. passar a viver em povoações que tivessem mais de cinquenta casas e o aparelho administrativo de praxe nas vilas coloniais: juiz ordinário, vereadores etc. Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem, e os que assim não</p> <p>20. procedessem seriam presos e tratados como salteadores de caminhos e inimigos comuns.</p> <p>(Laura de Mello e Souza. “Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII”, In Tempo e história, org. Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p. 358-359)</p>
<p>6. Ernesto Sábato assinala com precisão que todas as vezes que se pretendeu elevar um enunciado científico à condição de dogma, de verdade final e cabal, um pouco mais à frente a própria continuidade da aplicação do método científico invariavelmente acabou por demonstrar que tal dogma não passava senão... de um equívoco.</p> <p>O adequado entendimento daquilo que assinala Ernesto Sábato está expresso, de forma clara e correta, em:</p> <p>(A) É perfeito o entendimento de dogma como verdade acabada, mas tem um desvio quando a ciência prova que o enunciado está ultrapassado, anulando o dogma equivocados, o que ocorreu em todas as vezes.</p> <p>(B) Sempre que se tentou eternizar uma formulação científica, a ciência, ela mesma, desautorizou a pretensão, quando, por seus próprios instrumentos, desvelou a imperfeição daquele saber.</p> <p>(C) Verdades finais e acabadas, verdadeiros dogmas, sempre existiram, mas, sendo do universo científico, a própria ciência se incumbiu de dar continuidade, tornando obsoleto o método.</p> <p>(D) Muitas vezes houve tentativa de construir dogmas, mas se revelou impossível, porque a ciência, desenvolvendo, provou mais para frente que o enunciado científico não tinha fundamento real.</p> <p>(E) É freqüente ver o que a continuidade faz, pois a ciência, responsável pelo método, mostra o erro dos dogmas que, antes precisos, acabam invariavelmente provocando equívocos, como universalmente demonstrado.</p>	<p>7. No texto, o autor</p> <p>(A) põe em foco um determinado estrato social, particularizando uma tentativa de disciplinamento oficial.</p> <p>(B) desenvolve considerações minuciosas a respeito do tema central de seu discurso: a carta de Luís Diogo Lobo da Silva.</p> <p>(C) narra um específico episódio ocorrido em Minas, tomado como exemplo do que se pode esperar da ação de grupo de infratores.</p> <p>(D) lança hipóteses sobre as causas de um determinado comportamento social, depois de caracterizá-lo a partir da teoria de pesquisadores, religiosos ou não.</p> <p>(E) toma os dados de pesquisa histórica como apoio para expressar e justificar o seu próprio juízo de valor acerca de infratores.</p>

8. Considere as afirmações que seguem sobre a organização do texto.

- I. No processo de argumentação, o autor valeu-se de testemunho autorizado.
- II. A fala do jesuíta constitui argumento para a consolidação da idéia de que *a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada*.
- III. A data de 1766 foi citada como comprovação explícita de que o rei era realmente signatário da carta.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

9. Observado o contexto, está corretamente entendida a seguinte expressão do texto:

- (A) *nada fazerem de forma sistemática* – nada produzirem de modo tecnicamente plausível.
- (B) *um grupo fluido e indistinto* – um conglomerado espontâneo e informal.
- (C) *difícil de controlar e até mesmo de enquadrar* – não passível de organizar e mesmo dominar.
- (D) *Passados os primeiros tempos dos descobertos auríferos* – esgotadas as primeiras jazidas de ouro.
- (E) *forma peculiar de vida que escolhiam* – singular maneira que se concediam de estar no mundo.

10. Em 1766 surge contra os vadios das Minas a primeira investida oficial de que se tem notícia.

Considerado o contexto, uma outra redação para o segmento destacado acima, que está correta e que não prejudica o sentido original, é:

- (A) cuja existência se conhece.
- (B) da qual a notícia foi dada.
- (C) que a notícia foi veiculada.
- (D) na qual se tem o registro.
- (E) de que a notícia chegou até nós.

11. Observadas as 8 linhas iniciais do texto, é correto afirmar:

- (A) A expressão *por sua forma de vida* constitui uma explicação.
- (B) No segmento *Era o fato de não fazerem nada, ou de nada fazerem de forma sistemática*, a conjunção *ou* introduz uma retificação do que se afirmou anteriormente.
- (C) Em *que os tornava suspeitos*, o deslocamento do pronome destacado para depois do verbo atenderia ao que a gramática aconselha como preferência.
- (D) A preposição *ante* equivale a “versus”.
- (E) Como em *fluido*, a grafia do particípio do verbo “imbuir” não admite o acento, estando, portanto, correta a forma “imbuído”.

12. Considerando as linhas 8 a 16, é correto afirmar:

- (A) Em *como disse o jesuíta*, *como* equivale a “mediante”.
- (B) Em *“móveis como os filhos de Israel no deserto”*, as aspas indicam que a frase deve ser entendida em sentido figurado.
- (C) O emprego da palavra *arraiais* contribui para a produção do sentido de “morada provisional” tratado no fragmento.
- (D) No segmento *a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada*, a expressão *passou a ser* é a que exprime a idéia de progressão.
- (E) Os dois-pontos introduzem uma citação.

13. *Tais homens, dizia o documento, vivem separados do convívio da sociedade civil, enfiados nos sertões, em domicílios volantes, ou seja, sem residência fixa. Isto não podia ser tolerado, e deveriam passar a viver em povoações que tivessem mais de cinquenta casas e o aparelho administrativo de praxe nas vilas coloniais: juiz ordinário, vereadores etc.*

Observado o contexto, é correto afirmar que, no fragmento acima,

- (A) a expressão *sociedade civil* equivale a “conjunto de todos os membros que constituem o tecido social, unidos em torno de idéias, pactos e acordos, sem hegemonia nem exclusão de nenhum grupo”.
- (B) a voz do autor mistura-se à voz do remetente da carta, como o comprova o emprego, respectivamente, das formas verbais *podia* e *vivem*.
- (C) a expressão *ou seja* introduz uma explicação, obrigatória para a compreensão do documento, visto que *domicílios volantes* constitui uma incompatibilidade em termos, sem possibilidade de conciliação.
- (D) o emprego da expressão *de praxe* evidencia que, na carta, buscava-se neutralizar qualquer tom que pudesse ser entendido como intimidação.
- (E) a oração *deveriam passar a viver em povoações* expressa uma suposição.

14. *Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem, e os que assim não procedessem seriam presos e tratados como salteadores de caminhos e inimigos comuns.*

Sobre o que se tem no período acima transcrito, é correto afirmar:

- (A) A expressão *uma vez* comunica a mesma idéia que o segmento destacado exprime em “Uma vez que ele se curou, não precisa mais de cuidados médicos”.
- (B) O termo destacado em *os que assim não procedessem* refere-se à ação de optar por ser estabelecido.
- (C) A gramática prescreve que o vocábulo *adjacentes* seja assim separado em sílabas: “a - dja - cen - tes”.
- (D) Há um subentendido no fragmento: no século XVIII, os *vadios* recebiam tratamento diferenciado em relação a outros grupos considerados infratores.
- (E) Em *tratados como salteadores*, o termo destacado está empregado com o mesmo valor que se nota em “Como cheira bem a sua caldeirada!”.

<p>15. <i>Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem.</i></p> <p>Uma outra redação para o segmento destacado acima, que, clara e correta, não prejudica o sentido original é:</p> <p>(A) sendo-lhes divididas as terras pertencentes ao povoado, poderiam cultivá-las.</p> <p>(B) com o objetivo de que tornassem produtivas, receberiam, entre eles, as terras próximo à vila.</p> <p>(C) eles seriam aquinhoados com áreas contíguas à vila, a fim de que as lavrassem.</p> <p>(D) compartilhariam entre si glebas em anexo ao povoado, de modo que beneficiassem.</p> <p>(E) salvo se lavrassem, receberiam por distribuição áreas incorporadas ao povoado.</p>	<p>18. A frase em que a forma destacada está apropriada às normas gramaticais é:</p> <p>(A) Congregou-<u>os</u> o mesmo sincero desejo de fazer algo relevante pela comunidade.</p> <p>(B) Quem disse que ele <u>constroe</u> toda essa argumentação sem apoio de advogados?</p> <p>(C) Isso não é pertinente <u>com</u> os fins a que você visa com seu projeto.</p> <p>(D) Eles enganam-se a si próprios, persuadidos <u>que</u> tudo está sendo feito em busca da paz.</p> <p>(E) Espero que ele <u>medie</u> a reunião com a isenção de espírito de que todos necessitamos.</p>
<p>16. A frase que está totalmente de acordo com o padrão culto é:</p> <p>(A) Vossa Senhoria, senhor Ministro, poderéis me receber amanhã em audiência, para que lhe entregue pessoalmente meu projeto?</p> <p>(B) Ele é ambidestro, sabe até desenhar com ambas mãos, mas jamais quiz colocar sua habilidade em evidência.</p> <p>(C) Queria sair com nós três, não sei bem por quê; talvez haja assuntos sobre os quais ela queira nos colocar a par.</p> <p>(D) Essas pinturas são consideradas as maiores obras-de-artes do período, mas nada tem haver com a temática que você quer estudar.</p> <p>(E) Ela vivia dizendo “Eu mesmo desenho meu futuro”, mas essa era uma forma dela ocultar sua relação mau resolvida com os pais.</p>	<p>19. A frase que está corretamente redigida é:</p> <p>(A) Naquele ambiente taciturno, é como se, a cada passo, descobrimos uma possibilidade longínqua de sair ilesos.</p> <p>(B) Acompanhei os noticiários, e, pelo o que está se vendo, muitos não chegarão onde desejam no horário previsto.</p> <p>(C) Aquele era o hotel onde costumava freqüentar durante o período que não conhecia problemas financeiros.</p> <p>(D) Os detalhes eram tão minuciosamente apresentados, que o leitor chega ter acesso até a informação de qual das mãos segurava a taça de champanhe.</p> <p>(E) A maneira como os bilhetes foram escritos não deixará dúvidas acerca do que deve ser feito, sob a responsabilidade seja de quem for.</p>
<p>17. A frase que está pontuada de acordo com os preceitos da gramática é:</p> <p>(A) Mas é preciso ver nos textos, como o autor apresenta a relação de conciliação essencial entre a consciência cristã; e as práticas de eficácia temporal.</p> <p>(B) Pois bem: se ele não os induziu a responderem, o que desejava que fosse respondido; o que é que ele fez?</p> <p>(C) Basta então, que se conheçam as normas de organização social do período para que sejam compreendidas, em suas minúcias os atritos delas decorrentes.</p> <p>(D) As histórias relatadas nos seus romances iniciais – que se distinguem, sensivelmente, dos relatos mais recentes – são, na sua maioria, fruto da influência da cultura irlandesa.</p> <p>(E) A ação deles é, portanto, embora pouco divulgada, digna de reconhecimento, dos que os apoiaram nas mais diversas, circunstâncias.</p>	<p>20. A concordância está totalmente de acordo com a norma padrão da língua em:</p> <p>(A) Acredito que as orientações dele, porque parecem pouco claro, não terão de serem seguidas antes de um esclarecimento maior.</p> <p>(B) Considerou digna de ser encaminhada a julgamento dos avaliadores a última versão do projeto-piloto, pois, se podem existir fragilidades, elas certamente hão de ser mínimas.</p> <p>(C) Elas se consideraram responsável pelo erro e julgaram legítimo as cobranças que lhe serão feitas de agora em diante.</p> <p>(D) Dado as contingências do momento, os diretores houveram por bem atender aos prazos, e prometeram reavaliar, tanto quanto fossem, as demais exigências do contrato.</p> <p>(E) Devem fazer mais de três meses que não os vejo; tantos dias de afastamento poderia ser entendido como descaso, mas quero dizer que lhes dedico muito afeto.</p>

Instruções: Para responder às questões de números 21 a 25 considere as informações abaixo.

OBJETIVO:

O Ministério Público do Governo Federal de um país deseja modernizar seu ambiente tecnológico de informática. Para tanto irá adquirir equipamentos de computação eletrônica avançados e redefinir seus sistemas de computação a fim de agilizar seus processos internos e também melhorar seu relacionamento com a sociedade.

REQUISITOS PARA ATENDER AO OBJETIVO:

(Antes de responder às questões, analise cuidadosamente os requisitos a seguir, considerando que estas especificações podem ser adequadas ou não).

§1º – Cadastros recebidos por intermédio de anexos de mensagens eletrônicas deverão ser gravados em arquivos locais e identificados por ordem de assunto, data de recebimento e emitente, para facilitar sua localização nos computadores.

§2º – Todos os documentos eletrônicos oficiais deverão ser identificados com o timbre federal do Ministério que será capturado de um documento em papel e convertido para imagem digital.

§3º – A intranet será usada para acesso de toda a sociedade aos dados ministeriais e às pesquisas por palavra-chave, bem como os diálogos eletrônicos serão feitos por ferramentas de chat.

§4º – Os documentos elaborados (digitados) no computador (textos) não podem conter erros de sintaxe ou ortográficos.

§5º – Todas as planilhas eletrônicas produzidas deverão ter as colunas de valores totalizadas de duas formas: total da coluna (somatório) e total acumulado linha a linha, quando o último valor acumulado deverá corresponder ao somatório da coluna que acumular. Exemplo:

.....	A	B
1	do mês	acumulado
2	3	3
3	18	21
4	4	25
5	2	27
6	27	

21. Considere os seguintes dispositivos:

- I. impressora multifuncional;
- II. pen drive;
- III. scanner;
- IV. impressora a laser.

Em relação à captura referenciada nos requisitos especificados no §2º, é INCORRETO o uso do que consta SOMENTE em

- (A) II.
- (B) IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, III e IV.

22. Para atender aos requisitos especificados no §1º é preciso saber usar ferramentas de

- (A) e-mail e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas e Arquivos dentro de Pastas.
- (B) chat e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas e Arquivos dentro de Arquivos.
- (C) browser e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas, mas não Arquivos dentro de Pastas.
- (D) e-mail e que é possível organizar Pastas dentro de Arquivos e Arquivos dentro de Pastas.
- (E) busca e que é possível organizar Arquivos dentro de Pastas, mas não Pastas dentro de Pastas.

23. Considere os Quadros 1 e 2 abaixo e os requisitos especificados no §3º.

Quadro 1	
I	II
adequado	inadequado

Quadro 2		
a	b	c
intranet	pesquisa por palavra chave	chat

Quanto ao uso das especificações dos requisitos, a relação apresentada nos quadros é correta entre

- (A) I-a – I-b – II-c.
- (B) I-a – II-b – I-c.
- (C) II-a – I-b – II-c.
- (D) II-a – II-b – II-c.
- (E) II-a – II-b – I-c.

24. Considere os dados da planilha eletrônica exemplificada no §5º. Está correta a fórmula inserida em B3 e pronta para ser propagada para B4 e B5 se for igual a

- (A) =B3+A2.
- (B) =B\$2+A3.
- (C) =B2+A3.
- (D) =B2+A2.
- (E) =B2+A\$3.

25. Considerando o ambiente Microsoft, o requisito especificado no §4º quer dizer ao funcionário que, para auxiliá-lo na tarefa de verificação e correção, ele deve

- (A) usar a configuração de página do editor de textos.
- (B) acionar uma função específica do editor de textos.
- (C) usar a ferramenta de edição do organizador de arquivos.
- (D) usar a correção ortográfica do organizador de arquivos.
- (E) acionar a formatação de página do editor de textos.

<p>26. O Procurador da República que ingressou no Ministério Público Federal no ano de 2002 poderá</p> <p>(A) exercer cargo ou função de direção nas entidades de ensino público.</p> <p>(B) receber custas processuais nas ações civis públicas.</p> <p>(C) exercer cumulativamente o cargo de Secretário de Estado.</p> <p>(D) participar de conselhos, comissões ou organismos estatais.</p> <p>(E) participar de sociedade comercial como quotista ou acionista.</p>	<p>29. De acordo com o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que</p> <p>(A) o ato de improbidade administrativa que importe em enriquecimento ilícito pressupõe, necessariamente, a comprovação de efetivo dano econômico ao erário público.</p> <p>(B) o agente público que dolosamente auferir vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo responde de forma objetiva por ato de improbidade administrativa.</p>
<p>27. Nos termos da Lei Complementar nº 75/93, e com relação aos órgãos do Ministério Público Federal, observe as seguintes afirmações:</p> <p>I. O Colégio de Procuradores da República, presidido pelo Procurador-Geral da República, é integrado por todos os membros da carreira em atividade do Ministério Público Federal.</p> <p>II. O Corregedor-Geral será nomeado pelo Procurador-Geral da República, dentre os Subprocuradores-Gerais da República integrantes de lista triplíce elaborada pelo Conselho Superior, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.</p> <p>III. O Conselho Superior do Ministério Público Federal, órgão de execução do Ministério Público Federal, será presidido pelo Subprocurador-Geral da República mais antigo.</p> <p>IV. Os Subprocuradores-Gerais da República atuarão junto ao Supremo Tribunal Federal por delegação do Procurador-Geral da República.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>	<p>(C) é irrelevante a aprovação das contas pelo Tribunal de Contas para a caracterização do ato de improbidade administrativa.</p> <p>(D) o funcionário público que, conduzindo veículo oficial, em atividade oficial, por imprudência, acabe gerando uma colisão com um particular, responde por ato de improbidade lesivo ao patrimônio público.</p> <p>(E) há a necessidade da ocorrência de qualquer vantagem por parte do agente que dolosamente gerar prejuízo concreto ao erário público.</p> <p>30. Quanto à posse e ao exercício do cargo do servidor público civil da União, é correto que:</p> <p>(A) Ao tomar posse, em cargo de provimento efetivo ou em comissão, ficará sujeito a estágio probatório pelo prazo de 12 (doze) meses, computando-se eventual período de afastamento por motivo de doença.</p> <p>(B) Empossado em cargo público, deverá entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias, contados da nomeação.</p>
<p>28. Segundo o disposto na Lei nº 9.784/99, a decisão administrativa ilegal poderá ser impugnada por meio de recurso que</p> <p>(A) deverá ser interposto, salvo disposição legal em contrário, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.</p> <p>(B) será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias, o encaminhará à autoridade superior.</p> <p>(C) deverá ser decidido no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.</p> <p>(D) terá, como regra, efeito suspensivo e dependerá de caução em dinheiro.</p> <p>(E) tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.</p>	<p>(C) A posse ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias contados do ato que o julgou apto física e mentalmente para o exercício do cargo.</p> <p>(D) O prazo para entrar em exercício é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da posse, no caso de função de confiança.</p> <p>(E) O servidor que deva ter exercício em outro Município, em razão de ter sido removido terá, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 30 (trinta) dias de prazo contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Uma companhia comercial adquiriu mercadorias no valor de R\$ 1.950,00, pagando 20% desse valor à vista e aceitando uma duplicata pelo valor restante. Após essa transação, o valor total dos ativos da sociedade

(A) permaneceu inalterado.
 (B) aumentou em R\$ 650,00.
 (C) aumentou em R\$ 1.560,00.
 (D) aumentou em R\$ 1.950,00.
 (E) diminuiu em R\$ 390,00

32. A Cia. Comercial Tupã realizou seqüencialmente, num determinado mês, as seguintes operações com mercadorias:

- aquisição de 10 unidades, a R\$ 30,00 cada uma;
- aquisição de 20 unidades, a R\$ 36,00 cada uma;
- venda de 25 unidades, a R\$ 60,00 cada uma;
- aquisição de 5 unidades, a R\$ 36,00 cada uma.

O estoque inicial do mês era constituído por 5 unidades, a R\$ 25,00 cada uma. Sabendo que a companhia usa o critério PEPS (Primeiro a entrar, primeiro a sair) para avaliar os seus estoques, o custo das mercadorias vendidas no mês correspondeu, em R\$, a

(A) 785,00
 (B) 798,00
 (C) 818,00
 (D) 825,00
 (E) 870,00

33. Uma determinada empresa comercial, que utiliza o sistema do inventário permanente, efetuou a venda de um lote de 1.000 unidades de uma mercadoria por R\$ 200.000,00, com incidência de ICMS a 18%. Posteriormente, 10% do lote foram devolvidos pela compradora. O preço de venda das mercadorias foi superior em 60% ao custo contábil delas. Abstraindo a incidência de PIS e COFINS sobre as operações, o registro contábil da devolução de vendas diminuiu o lucro bruto da vendedora, em R\$, em

(A) 3.200,00
 (B) 3.600,00
 (C) 3.900,00
 (D) 6.150,00
 (E) 7.500,00

34. A avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas, que constam do Balanço Patrimonial de uma companhia, será feita pelo

(A) valor líquido de realização.
 (B) custo ou valor de mercado, o que for menor.
 (C) custo de aquisição, sem qualquer redução.
 (D) custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis na realização de seu valor.
 (E) método da equivalência patrimonial.

35. Na Demonstração de Resultado do Exercício, segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação comercial,

(A) o lucro apurado na venda de um bem do ativo imobilizado de uma companhia é classificado como resultado operacional.
 (B) devem ser evidenciadas as mudanças ocorridas no patrimônio líquido da entidade durante o exercício financeiro.
 (C) são destacadas, em item próprios, as receitas antecipadas e as despesas diferidas.
 (D) a amortização de deságio na aquisição de investimentos permanentes e a reversão de provisões compõem o resultado operacional.
 (E) não devem constar a participação dos empregados e dos debenturistas no lucro, por não constituírem despesas do exercício.

36. Dados extraídos da contabilidade e do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) da Cia. Peloponeso, referentes ao período de apuração anual encerrado em 31/12/2005:

- Lucro líquido do exercício antes do Imposto de Renda 300.000,00
- Adições, conforme LALUR, parte A 125.000,00
- Exclusões, conforme LALUR, parte A 50.000,00
- Prejuízo fiscal de períodos anteriores, conforme LALUR – parte B 187.500,00

O lucro real, correspondente a esse período de apuração, caso a companhia utilize o valor máximo de compensação do prejuízo fiscal permitido pela legislação tributária, será, em R\$,

(A) 137.500,00
 (B) 212.500,00
 (C) 237.500,00
 (D) 262.500,00
 (E) 312.500,00

37. Foram extraídas as seguintes informações do Balanço Patrimonial da Cia. Garça:

- valor do Ativo Circulante representa 90% do valor do Passivo Circulante;
- valor do Ativo Realizável a Longo Prazo é de R\$ 150.000,00;
- total de ativos da companhia corresponde a R\$ 1.200.000,00;
- valor do Passivo Exigível a Longo Prazo é R\$ 300.000,00;
- Ativo Permanente é equivalente a 150% do Patrimônio Líquido;
- A companhia não possui contas classificáveis em Resultado de Exercícios Futuros.

Logo, o valor do Patrimônio Líquido da companhia é, em R\$,

(A) 300.000,00
 (B) 400.000,00
 (C) 450.000,00
 (D) 500.000,00
 (E) 600.000,00

38. Informações extraídas da contabilidade da Cia. Jônica, relativas ao exercício findo em 31/12/2005:

Aquisição de imobilizado, 50% à vista e 50% com financiamento a longo prazo	900.000,00
Venda de investimento permanente com lucro de R\$ 40.000,00 na operação	180.000,00
Despesas de depreciação	30.000,00
Aumento de capital social com incorporação de reservas	120.000,00
Lucro líquido do exercício	250.000,00
Valores transferidos do Ativo Realizável a Longo Prazo para o Ativo Circulante	120.000,00
Pagamento de dividendos não provisionados	100.000,00

Na demonstração de origens e aplicações de recursos da companhia, utilizando apenas estas informações, é correto afirmar que

- (A) o passivo circulante da companhia diminuiu R\$ 10.000,00.
- (B) o capital circulante líquido da companhia diminuiu R\$ 10.000,00.
- (C) a variação do capital circulante líquido foi positiva em R\$ 110.000,00.
- (D) as aplicações superaram os recursos em R\$ 80.000,00.
- (E) o ativo circulante da companhia aumentou R\$ 110.000,00.

39. A companhia poderá constituir reserva de lucros a realizar, segundo normas estatuídas pela Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), quando

- (A) vender bem do Ativo Permanente com recebimento a longo prazo.
- (B) houver reversão da reserva estatutária.
- (C) ocorrer aumento de capital com incorporação de reserva de reavaliação.
- (D) o resultado líquido da equivalência patrimonial for negativo.
- (E) o valor dos lucros realizados for inferior ao do dividendo obrigatório.

40. As informações a seguir são relativas à Cia. Araçatuba, cujo estatuto é omissivo no tocante à distribuição de dividendos:

Lucro líquido do exercício	R\$ 725.000,00
Valor destinado à constituição da reserva legal	R\$ 36.250,00
Reversão de reserva de contingências constituída em exercício anterior	R\$ 61.750,00

O valor do dividendo obrigatório a ser pago pela companhia, obedecidos os preceitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), será, em R\$,

- (A) 375.250,00
- (B) 313.500,00
- (C) 187.625,00
- (D) 172.250,00
- (E) 156.750,00

41. Um determinado contribuinte pagou um tributo municipal na rede bancária. Após a transferência do recurso para a prefeitura do município pela rede bancária, será efetuado o seguinte registro contábil no sistema orçamentário:

- (A) Bancos a Receita Tributária Prevista
- (B) Receita Tributária Corrente a Variações Ativas Resultantes da Execução Orçamentária
- (C) Bancos a Variações Ativas Resultantes da Execução Orçamentária
- (D) Bancos a Receita Tributária Corrente
- (E) Receita Tributária Corrente a Receita Tributária Prevista

42. Um determinado ente público adquiriu um imóvel, tendo sido a despesa regularmente empenhada, liquidada e paga. Essa aquisição provocou o seguinte lançamento no sistema financeiro:

- (A) Crédito Disponível a Despesa Empenhada
- (B) Despesa Liquidada a Despesa Empenhada
- (C) Despesas de Capital a Bancos
- (D) Bens Imóveis a Variação Ativa Resultante de Execução Orçamentária
- (E) Bens Imóveis a Bancos

43. O recolhimento aos cofres públicos, pelo contribuinte, de uma dívida ativa do ente governamental, que tinha sido inscrita em exercício anterior ao corrente, provoca o seguinte lançamento no sistema patrimonial:

- (A) Ativo Permanente a Variação Ativa Independente de Execução Orçamentária
- (B) Ativo Financeiro a Variação Ativa Independente de Execução Orçamentária
- (C) Ativo Permanente a Variação Ativa Resultante de Execução Orçamentária
- (D) Variação Passiva Resultante de Execução Orçamentária a Ativo Permanente
- (E) Ativo Financeiro a Ativo Permanente

44. O pagamento de restos a pagar é um fato contábil registrado

- (A) apenas no sistema financeiro.
- (B) apenas no sistema patrimonial.
- (C) nos sistemas orçamentário e financeiro.
- (D) nos sistemas financeiro e patrimonial.
- (E) nos sistemas orçamentário e patrimonial.

45. Segundo os preceitos exarados pela Lei nº 4.320/64, em relação ao registro dos elementos patrimoniais, é correto afirmar que serão avaliados os

- (A) débitos e créditos em moeda estrangeira, pelo seu valor nominal, no dia da ocorrência do fato contábil correspondente.
- (B) bens do almoxarifado, pelo preço médio ponderado das compras.
- (C) bens móveis, pelo seu custo de produção ou de aquisição, dos dois o maior.
- (D) títulos de renda, pelo seu valor de face, permitida constituição de provisão para adequá-los ao valor de mercado, se este for menor.
- (E) bens imóveis, pelo custo de aquisição ou valor de mercado, dos dois o menor.

<p>46. É um fato contábil que deve ser classificado como Variação Passiva de um ente público:</p> <p>(A) Incorporação de bens e direitos.</p> <p>(B) Cotas recebidas em repasse por outros entes públicos.</p> <p>(C) Empréstimos concedidos.</p> <p>(D) Alienação de bens imóveis.</p> <p>(E) Inscrição de dívida ativa.</p>	<p>50. As seguintes informações foram extraídas do balanço orçamentário de uma prefeitura hipotética, relativas ao exercício financeiro encerrado em 31/12/2005:</p> <table border="0"> <tr> <td>– Receitas Previstas</td> <td>250</td> </tr> <tr> <td>– Receitas Realizadas</td> <td>235</td> </tr> <tr> <td>– Despesas Previstas</td> <td>257</td> </tr> <tr> <td>– Despesas Realizadas</td> <td>252</td> </tr> </table> <p>É correto concluir que houve</p> <p>(A) frustração de arrecadação de 22.</p> <p>(B) economia orçamentária de 5.</p> <p>(C) déficit orçamentário de 7.</p> <p>(D) déficit orçamentário de 5.</p> <p>(E) superávit orçamentário de 2.</p>	– Receitas Previstas	250	– Receitas Realizadas	235	– Despesas Previstas	257	– Despesas Realizadas	252
– Receitas Previstas	250								
– Receitas Realizadas	235								
– Despesas Previstas	257								
– Despesas Realizadas	252								
<p>47. No Balanço Patrimonial de um ente público, o Passivo Real a Descoberto corresponde ao resultado negativo da seguinte soma algébrica:</p> <p>(A) Ativo Circulante (+) Ativo Permanente (–) Passivo Circulante (–) Passivo Permanente.</p> <p>(B) Ativo Financeiro (–) Passivo Financeiro (–) Variações Passivas.</p> <p>(C) Ativo Permanente (–) Passivo Permanente (+) Variações Ativas.</p> <p>(D) Ativo Real Líquido (+) Variações Ativas (–) Variações Passivas.</p> <p>(E) Ativo Financeiro (+) Ativo Permanente (–) Passivo Financeiro (–) Passivo Permanente.</p>	<p>51. O tipo de auditoria cujo objetivo é evidenciar melhorias e economias existentes nos atos efetivos praticados pelos administradores públicos ao gerir uma unidade orçamentária e, ao mesmo tempo, prevenir gargalos que a impeçam de desempenhar adequadamente sua missão institucional é denominado auditoria</p> <p>(A) Operacional.</p> <p>(B) Especial.</p> <p>(C) de Avaliação de Gestão.</p> <p>(D) Contábil.</p> <p>(E) de Acompanhamento de Gestão.</p>								
<p>48. Conjugando os dispositivos da Lei nº 4.320/64 e da Lei da Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), as dívidas decorrentes de operações de crédito de prazo inferior a doze meses, cujas receitas tenham constado do orçamento, devem fazer parte do</p> <p>(A) Demonstrativo das Variações Patrimoniais, no grupo do Passivo Permanente.</p> <p>(B) Balanço Financeiro, no grupo do Passivo Permanente.</p> <p>(C) Balanço Patrimonial, no grupo do Passivo Financeiro.</p> <p>(D) Balanço Orçamentário, no grupo do Passivo Financeiro.</p> <p>(E) Balanço Compensatório, no grupo do Passivo Permanente.</p>	<p>52. A forma de auditoria que pressupõe a utilização de indicadores de desempenho para a fundamentação da opinião do agente executor das ações de controle é denominada auditoria</p> <p>(A) Direta descentralizada.</p> <p>(B) Integrada.</p> <p>(C) Direta centralizada.</p> <p>(D) Simplificada.</p> <p>(E) Compartilhada.</p>								
<p>49. No balanço financeiro de um ente público,</p> <p>(A) os Restos a Pagar do exercício são computados como receitas extra-orçamentárias.</p> <p>(B) são demonstradas as cauções, os avais e as garantias prestadas pelo ente público.</p> <p>(C) são computadas as superveniências ativas e as insubsistências passivas.</p> <p>(D) são demonstrados apenas o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro.</p> <p>(E) é apurado o resultado patrimonial, cujo saldo pode ser negativo, positivo ou nulo.</p>	<p>53. Os indicadores de gestão do Sistema de Controle Interno da União são informações obtidas com a aplicação de fórmulas que fornecem indícios de eficiência, eficácia, legalidade e economicidade de como são conduzidas as operações. A eficácia pode ser definida como</p> <p>(A) a aderência dos atos e fatos de gestão praticados aos normativos legais e técnicos que os regem.</p> <p>(B) a variação positiva da relação custo/benefício, na qual busca-se a otimização dos resultados com a escolha dos menores custos em relação aos maiores benefícios.</p> <p>(C) o grau de cumprimento das metas fixadas para um determinado objeto de uma ação em relação ao previsto, em um determinado período.</p> <p>(D) a medida da relação entre os recursos efetivamente utilizados para a realização de uma meta, frente a padrões estabelecidos.</p> <p>(E) a capacidade de registrar, fornecer e manter adequadamente os dados, informações e a memória de cálculo utilizados na geração dos próprios indicadores.</p>								

<p>54. É objetivo dos testes de observância nas auditorias do setor público</p> <p>(A) o exame de processos, atos formalizados e documentos avulsos da entidade auditada que possam comprometer a eficiência e eficácia da gestão.</p> <p>(B) a observação de atividades que exigem a aplicação de testes flagrantes, com a finalidade de detectar erros e deficiências.</p> <p>(C) a verificação, junto a fontes externas à entidade auditada, da fidedignidade das observações obtidas internamente.</p> <p>(D) a obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estão sendo obedecidos.</p> <p>(E) o uso de entrevistas e questionários junto ao pessoal da entidade auditada para obtenção de dados e informações.</p>	<p>57. A materialidade é uma das variáveis básicas utilizadas em todas as fases do processo de planificação dos trabalhos de controle interno de uma unidade orçamentária. Ela pode ser definida como</p> <p>(A) o quadro de situações críticas efetivas ou potenciais a auditar ou fiscalizar.</p> <p>(B) a condição imprópria, por ilegalidade, por ineficácia ou por ineficiência, de uma situação gerencial específica da unidade orçamentária.</p> <p>(C) o montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados em um específico ponto de controle objeto dos exames de auditoria ou fiscalização.</p> <p>(D) a não-aderência normativa e os riscos potenciais a que estão sujeitos os recursos utilizados pela unidade.</p> <p>(E) o perfil organizado, por área, dos pontos fracos de uma organização, com o objetivo de subsidiar as atividades de auditoria ou de fiscalização.</p>
<p>55. Nas atividades de auditoria governamental, NÃO se recomenda a utilização de amostragem quando</p> <p>(A) as características da população forem de fácil mensuração.</p> <p>(B) a população for considerada muito grande.</p> <p>(C) o grau de dispersão dos eventos a serem controlados for muito elevado.</p> <p>(D) há necessidade de baixa precisão nos dados a serem coletados.</p> <p>(E) a urgência na obtenção das informações necessárias aos controles for pequena.</p>	<p>58. Analise:</p> <p>I. Papéis de trabalho são documentos que fundamentam as informações obtidas nos trabalhos de auditoria e fiscalização governamental efetuados pelo Sistema de Controle Interno.</p> <p>II. Os arquivos correntes de papéis de trabalho devem conter assuntos que forem de interesse para consulta sempre que se quiserem dados sobre o sistema, área ou unidade objeto de controle.</p> <p>III. Os arquivos permanentes de papéis de trabalho devem conter o programa de auditoria e fiscalização, o registro dos exames feitos e as conclusões resultantes desses trabalhos.</p> <p>IV. Os papéis de trabalho devem ter abrangência e grau de detalhe suficientes para propiciar o entendimento e o suporte da atividade de controle executada.</p> <p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>56. A técnica de auditoria denominada rastreamento consiste em</p> <p>(A) corte interruptivo das operações ou transações para apurar, de forma seccionada, a dinâmica de um procedimento, representando a “fotografia” do momento-chave de um processo.</p> <p>(B) investigação minuciosa, com exame de documentos, setores, unidades, órgãos e procedimentos interligados, visando dar segurança à opinião do responsável pela execução do trabalho sobre o fato observado.</p> <p>(C) cotejamento de informações obtidas de fontes independentes, autônomas e distintas, no interior da própria organização, com o objetivo de procurar a consistência mútua entre diferentes amostras de evidência.</p> <p>(D) verificação dos registros constantes de controles regulamentares, relatórios sistematizados, mapas e demonstrativos formalizados, elaborados de forma manual ou por sistemas informatizados.</p> <p>(E) revisão das memórias de cálculos ou a confirmação de valores por meio do cotejamento de elementos numéricos correlacionados, de modo a constatar a adequação dos cálculos apresentados.</p>	<p>59. O documento destinado a dar ciência ao gestor/administrador da área examinada, no decorrer dos exames, das impropriedades ou irregularidades constatadas ou apuradas no desenvolvimento dos trabalhos, com a finalidade de obter a manifestação deles sobre fatos que resultaram em prejuízo à Fazenda Nacional ou de outras situações que necessitem de esclarecimentos formais, é denominado</p> <p>(A) Parecer com ressalva.</p> <p>(B) Relatório de auditoria.</p> <p>(C) Registro de constatações.</p> <p>(D) Certificado de irregularidade.</p> <p>(E) Nota.</p>

60. Na auditoria governamental, o documento que representa a opinião do Sistema de Controle Interno sobre a exatidão e regularidade da gestão (ou não) e a adequação das peças examinadas (ou não) é denominado
- (A) Certificado.
 - (B) Parecer sem ressalva.
 - (C) Relatório de auditoria.
 - (D) Registro das constatações.
 - (E) Parecer conclusivo.

ESTUDO DE CASO

Instruções: Para responder às questões de números 61 a 64, considere o caso abaixo descrito e APENAS as informações nele fornecidas.

A Cia. Comercial ABC adquiriu 2.000 unidades de uma determinada mercadoria por R\$ 500.000,00. Vendeu, posteriormente, 80% do lote por R\$ 620.000,00. A companhia é contribuinte do ICMS, do PIS e da COFINS no regime não-cumulativo, com alíquotas, respectivamente, de 18%, 1,65% e 7,6%.

61. O estoque de mercadorias da companhia, na operação de compra, foi debitado, em R\$, por
- (A) 363.750,00
 - (B) 382.250,00
 - (C) 410.000,00
 - (D) 453.750,00
 - (E) 500.000,00
62. O custo das mercadorias que foram vendidas correspondeu, em R\$, a
- (A) 400.000,00
 - (B) 363.000,00
 - (C) 328.000,00
 - (D) 291.000,00
 - (E) 218.250,00
63. O lucro bruto auferido pela companhia na transação, em R\$, foi
- (A) 491.050,00
 - (B) 291.000,00
 - (C) 220.000,00
 - (D) 160.050,00
 - (E) 87.300,00
64. O valor da COFINS a ser recolhido pela companhia à União equivalerá, em R\$, a
- (A) 5.529,00
 - (B) 9.120,00
 - (C) 13.680,00
 - (D) 38.000,00
 - (E) 47.120,00

Instruções: Para responder às questões de números 65 a 67 considere o caso abaixo, as informações nele fornecidas, bem como os dispositivos constantes a respeito do assunto na Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).

As seguintes informações foram extraídas da contabilidade da Cia. XYZ em 31/12/2005:

- Saldo da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, antes do lançamento do resultado do exercício de 2005: devedor em R\$ 20.000,00;
- Lucro Líquido de 2005, antes da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas: R\$ 260.000,00;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: R\$ 18.000,00;
- Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas: R\$ 30.000,00.

O estatuto da companhia prevê o pagamento das seguintes participações nos lucros:

- Empregados: 10%
- Administradores: 5%
- Contribuições para fundo de assistência e previdência dos empregados: 5%

65. A base de cálculo da participação dos empregados no lucro correspondeu, em R\$, a
- (A) 260.000,00
 - (B) 240.000,00
 - (C) 212.000,00
 - (D) 210.000,00
 - (E) 192.000,00
66. A participação dos administradores no lucro da companhia foi, em R\$,
- (A) 8.060,00
 - (B) 8.640,00
 - (C) 9.250,00
 - (D) 9.750,00
 - (E) 10.600,00
67. A companhia contribuiu para o fundo de assistência e previdência de empregados com o valor, em R\$, de
- (A) 9.295,00
 - (B) 8.685,00
 - (C) 8.208,00
 - (D) 8.105,00
 - (E) 7.595,00

Instruções: Para responder às questões de números 68 a 70 considere o caso abaixo.

A Prefeitura de um determinado município brasileiro efetuou o pagamento de uma dívida fundada no valor de R\$ 10.000,00.

68. No sistema orçamentário, o lançamento será:

- (A) Despesa Corrente Liquidada
a Despesa Corrente Executada..... 10.000,00
- (B) Despesa de Capital Liquidada
a Bancos C/Movimento 10.000,00
- (C) Despesa de Capital Liquidada
a Despesa de Capital Executada 10.000,00
- (D) Despesa de Capital Paga
a Ativo Permanente..... 10.000,00
- (E) Passivo Permanente
a Despesa Corrente Executada 10.000,00

69. No sistema financeiro, o lançamento será:

- (A) Despesa de Capital Paga
a Bancos C/Movimento 10.000,00
- (B) Despesa de Capital Liquidada
a Despesa de Capital Executada 10.000,00
- (C) Despesa de Capital Paga
a Ativo Permanente..... 10.000,00
- (D) Passivo Permanente
a Variações Ativas 10.000,00
- (E) Despesa Corrente Liquidada
a Despesa Corrente Executada 10.000,00

70. No sistema patrimonial, o lançamento será:

- (A) Despesa de Capital Paga
a Ativo Permanente..... 10.000,00
- (B) Despesa Corrente Paga
a Variações Ativas 10.000,00
- (C) Despesa de Capital Paga
a Bancos C/Movimento 10.000,00
- (D) Variações Passivas
a Ativo Permanente..... 10.000,00
- (E) Passivo Permanente
a Variações Ativas 10.000,00